



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/416.342-8	J173927576023	25/08/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



1ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

“BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA”

NIRE: 3121058514-1

CNPJ: 24.259.739/0001-80

Por ser instrumento particular, os abaixo assinados;

BELO HORIZONTE SISTEMAS LTDA, com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, 4º andar, Bairro São Bento, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP: 30.360-670, inscrita na Junta Comercial de Minas Gerais sob NIRE nº 3120473203-0 em 03/11/1994 e perante o Ministério da Fazenda sob CNPJ/MF nº 00.276.225/0001-75, neste ato representada por seus sócios administradores Srs. **Gilberto Zica Fialho**, brasileiro, divorciado, analista de sistemas, nascido aos 17/09/1968, portador da carteira de identidade nº M-4.040.410 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob nº 724.432.516-91, residente e domiciliado em Nova Lima/MG na Rua Ouro Preto, nº 1.470, Bairro Alphaville, CEP: 34.018-014, **Edgard Neves Malheiros Fiuza**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, analista de sistemas, nascido aos 11/08/1971, portador da carteira de identidade nº M-4.603.310 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 913.239.916-20, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG na Rua Piauí, nº 1.571, Apto 203, Bairro Funcionários, CEP: 30.150-321, e **André da Cunha Peixoto Xavier**, brasileiro, casado sob o regime de separação de bens, analista de sistemas, nascido aos 30/04/1979, portador da carteira de identidade nº MG-10.484.692 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 035.500.206-00, residente e domiciliado em Nova Lima/MG na Rua da Mata, nº 80, Apto 901-B, Bairro Vila da Serra, CEP: 34.006-086; e

HELBERTH CAVALCANTE SOARES, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº M-4.015.685 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 634.675.006-25, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG na Rua Castigliano, número 282, Apartamento 601, bairro Padre Eustáquio, CEP: 30.720-402.

Únicos componentes da Sociedade Empresária Limitada denominada **BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA** (doravante denominada simplesmente SOCIEDADE), com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, Sala 300, Bairro Santa Lúcia, CEP: 30.350-577, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.259.739/0001-80, com Contrato Social registrado e arquivado em 26/02/2016 na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE nº 3121058514-1, resolvem proceder a nova alteração contratual da SOCIEDADE, que se regerá pela Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, e, supletivamente, pela Lei das Sociedades Anônimas, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira: Do Objeto Social

Deliberam os sócios por unanimidade e sem reservas alterar o objeto social passando à seguinte redação:

A SOCIEDADE tem como objeto social a prestação de serviços na área de informática, quais sejam:

- I- *Prestação de Serviços em cessão de direito de uso de programas de computador, software, consultoria em software e programa de informática;*
- II- *Suporte técnico em software;*
- III- *Representação comercial por conta de terceiros;*
- IV- *Realização de instrução e treinamento na área de informática.*

Cláusula Segunda: Da Alteração do Complemento do Endereço da Sede

Deliberam os sócios alterar o complemento do endereço da sede passando de “Sala 300” para “Sala 300 C”, tendo a cláusula primeira do contrato social alterada para a seguinte redação:

“A SOCIEDADE gira sob o nome empresarial ‘BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA’, tendo sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, Sala 300 C, Bairro São Bento, CEP: 30.350-577.

Parágrafo Único – A SOCIEDADE, a critério dos sócios cotistas, poderá abrir, alterar e encerrar filiais, agências, escritórios ou quaisquer outras dependências em qualquer parte no território nacional ou no exterior.”

Cláusula Terceira: Da Adequação e Ratificação das Demais Cláusulas

Nesta oportunidade, consensualmente, e na melhor forma de direito, ficam proposta a adequação e ratificação das demais cláusulas do Contrato Núcleo de Constituição arquivado perante a Junta Comercial de Minas Gerais em 16/02/2016 conforme estabelecidas neste instrumento.

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Face às alterações acima promovidas, os sócios aproveitam a oportunidade para consolidar o Contrato Social da “BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA”, passando a ter nova redação, na forma a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE E FILIAIS

A SOCIEDADE gira sob o nome empresarial “BHS KRIPTOS – SOLUÇÕES DE NEGÓCIOS LTDA”, tendo sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, nº 4.343, Sala 300 C, Bairro São Bento, CEP: 30.350-577.

Parágrafo Único – A SOCIEDADE, a critério dos sócios cotistas, poderá abrir, alterar e encerrar filiais, agências, escritórios ou quaisquer outras dependências em qualquer parte no território nacional ou no exterior.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

A SOCIEDADE tem como objeto social a prestação de serviços na área de informática, quais sejam:

- I- *Prestação de Serviços em cessão de direito de uso de programas de computador, software, consultoria em software e programa de informática;*
- II- *Suporte técnico em software;*
- III- *Representação comercial por conta de terceiros;*
- IV- *Realização de instrução e treinamento na área de informática.*

CLÁUSULA TERCEIRA – DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A SOCIEDADE iniciou suas atividades em 29 de Janeiro de 2016, e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA – CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país, distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Cotas	Valor (R\$)	Participação
<i>Belo Horizonte Sistemas Ltda.</i>	<i>5.000</i>	<i>5.000,00</i>	<i>50,00%</i>
<i>Helberth Cavalcante Soares.</i>	<i>5.000</i>	<i>5.000,00</i>	<i>50,00%</i>
TOTAL	10.000	10.000,00	100,00%

Parágrafo 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social. Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais da SOCIEDADE.

Parágrafo 2º - As cotas sociais não poderão ser divididas ou fracionadas e somente poderão ser transferidas nos termos da CLÁUSULA DÉCIMA deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – ADMINISTRAÇÃO

A administração da SOCIEDADE, bem como sua representação ativa e passiva, judicial ou extrajudicial, será exercida pelo sócio cotista HELBERTH CAVALCANTE SOARES, eleito neste ato como administrador da SOCIEDADE, ficando o mesmo investido de todos os poderes necessários à realização do objetivo social, inclusive o poder de uso do nome empresarial, para o qual assinará **isoladamente**.

Ao administrador caberá os atos abaixo discriminados:

- I- a assinatura no balanço patrimonial e administrações contábeis e financeiras, com início em 1º janeiro e término em 31 de dezembro de cada exercício;
- II- a assinatura de contratos e assunção de obrigações em nome da SOCIEDADE;
- III- a emissão e endosso de cheques;
- IV- a emissão de avais em duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio;
- V- a representação da SOCIEDADE perante instituições financeiras e bancárias, fornecedores e clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais;
- VI- a alienação de bens da SOCIEDADE;
- VII- a assinatura de quaisquer documentos necessários à gestão da SOCIEDADE.

Parágrafo 1º - A SOCIEDADE poderá nomear, em ato separado ou através de alteração do contrato social, diretores (sócios ou não), os quais, porém, não poderão praticar os atos de administração enumerados acima, exceto caso tais poderes sejam delegados aos diretores nos respectivos atos de nomeação.

Parágrafo 2º - A SOCIEDADE também poderá se fazer representar por procuradores, que deverão ser nomeados sempre em conjunto pelos administradores, e agirão nos limites dos poderes que lhes sejam conferidos, ficando ajustados que todos e quaisquer mandatos conferidos terão prazo de validade não superior a um (um) ano, com exceção dos “ad judiciais et extra”, que poderão ter prazo indeterminado e ser conferidos a um ou mais advogados, que poderão agir conjunta ou separadamente, independentemente da ordem de nomeação.

Parágrafo 3º - Fica expressamente proibido aos sócios cotistas, administradores ou não, utilizar-se da empresa, em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais da SOCIEDADE, assim como avalizar ou afiançar obrigações de terceiros, e ainda onerar ou alienar bens imóveis da SOCIEDADE, os quais, se praticados, serão nulos de pleno direito.

Parágrafo 4º - A remuneração dos administradores, a títulos de “pró-labore”, será estabelecida pelos sócios cotistas, fixada segundo os interesses estratégicos e a possibilidade financeira da SOCIEDADE, respeitando-se sempre as leis vigentes atinentes a esta matéria, devendo ser levada a débito da conta de despesas gerais.

Parágrafo 5º - Tratando-se de sócio cotista nomeado administrador no contrato social, sua destituição ou substituição somente se opera pela aprovação de titulares de cotas correspondentes, no mínimo, a 2/3 (dois terços) do capital social, e ainda pelo consentimento expresso dos sócios cotistas através de modificação do contrato social.

Parágrafo 6º - São irrevogáveis os poderes do sócio cotista investido na administração por cláusula expressa do contrato social, salvo justa causa, reconhecida judicialmente, a pedido de qualquer dos demais sócios cotistas.

Parágrafo 7º - A designação de administradores não sócios cotistas dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios cotistas, enquanto o capital social não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

Parágrafo 8º - Na hipótese de haver conselho fiscal, é assegurado aos sócios cotistas minoritários que representem pelo menos 1/5 (um quinto) do capital social, o direito de eleger, separadamente, um dos membros deste conselho e o seu respectivo suplente.

CLÁUSULA SEXTA – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

A assembléia ou reunião dos sócios cotistas se instala com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, e, em seguida, com qualquer número.

Parágrafo 1º - Serão objeto de deliberação dos sócios cotistas:

- I- aprovação das contas da administração;
- II- designação dos administradores e sua remuneração, quando feita em distinto do contrato social, e sua destituição.
- III- modificação do contrato social;
- IV- a incorporação, a fusão e a dissolução da SOCIEDADE, ou cessação do estado de liquidação;
- V- a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VI- o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;
- VII- transformação da SOCIEDADE em outro tipo societário;
- VIII- outros assuntos de interesse da SOCIEDADE.

Parágrafo 2º - As deliberações entre os sócios cotistas se submetem às seguintes regras de votação:

- I- não havendo previsão legal ou por acordo entre os sócios cotistas quanto a “quoruns” para deliberações, as mesmas serão tomadas por maioria dos votos contados segundo o valor das cotas de cada um;
- II- para a formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais da metade do capital social;
- III- prevalece a decisão sufragada por maior número de sócios cotistas no caso de empate, e, se este persistir, decidirá o juiz.

Parágrafo 3º - As deliberações quanto a alterações no contrato social dependerão de aprovação dos sócios detentores de 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social, quando se tratar das seguintes matérias:

- I- denominação, objeto, sede, e prazo da SOCIEDADE;

- II- capital da SOCIEDADE;
- III- a cota de cada sócio cotista no capital social, e o modo de realizá-la;
- IV- indicação das pessoas naturais incumbidas da administração da SOCIEDADE, dos seus poderes e atribuições;
- V- a participação de cada sócio cotista nos lucros e perdas
- VI- aprovação de operações de fusão, cisão, incorporação, venda dos ativos tangíveis e/ou intangíveis que correspondam a mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio da SOCIEDADE;
- VII- pedido de recuperação judicial ou de liquidação da SOCIEDADE.

Parágrafo 4º - Enquanto inferior a 10 (dez) o número de sócios cotistas, as deliberações entre eles se darão por reuniões ou por escrito. Quando superior a 10 (dez) o número de sócios cotistas, as deliberações se darão por meio de assembléias. As reuniões ou assembléias serão convocadas por qualquer meio que permita a comprovação de ciência de todos os integrantes do quadro social, podendo ocorrer, i.e., através de carta, telegrama, fax, correspondência mediante protocolo ou email, em todos os casos com comprovante de recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA – TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

A SOCIEDADE poderá ser transformada em qualquer tipo societário, realizar incorporações, fusões e cisões e participar em outras sociedades, bem como poderá ser promovida a alteração de qualquer cláusula contratual, por deliberação dos sócios cotistas na forma prevista neste contrato, e de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA OITAVA – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES, LUCROS E PREJUÍZOS

O exercício social terá duração de 1 (um) ano, iniciando-se em 1º janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada exercício, quando deverá ser levantado balanço geral, apurando-se a conta de lucros e perdas, observando-se as prescrições legais pertinentes.

Parágrafo 1º - Os lucros ou prejuízos apurados serão divididos ou suportados pelos sócios cotistas na proporção de suas cotas do capital social, salvo deliberações em contrário, nos termos do disposto no parágrafo segundo deste caput.

Parágrafo 2º - De acordo com a deliberação dos sócios cotistas, os lucros existentes serão:

- I- distribuídos aos sócios cotistas, na proporção da participação de cada qual no capital social;
- II- total ou parcialmente retidos em conta de lucros em suspenso ou de reserva da SOCIEDADE ou capitalizados.

Parágrafo 3º - Mediante deliberação dos sócios cotistas, a SOCIEDADE poderá ainda levantar demonstrações contábeis e financeiras intermediárias, até mesmo mensalmente, distribuir lucros apurados, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial. No que diz respeito a esta matéria em especial, a SOCIEDADE será regida supletivamente pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976).

CLÁUSULA NONA – DISSOLUÇÃO

Não decorrendo de disposição legal, dissolve-se a SOCIEDADE por decisão dos cotistas detentores de pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social.

Parágrafo 1º - Na dissolução da SOCIEDADE, os sócios cotistas detentores da maioria do capital social poderão, de comum acordo, eleger um liquidante, ditando-lhe a forma e as normas de liquidação. A remuneração do liquidante, ainda que sócio, será arbitrada pelos demais sócios cotistas.

CLÁUSULA DÉCIMA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE COTAS

O sócio cotista não poderá ceder ou transferir, sob qualquer forma, suas cotas a terceiros ou mesmo a outros(s) sócios(s) cotista(s) sem aviso prévio, por escrito e com recibo de entrega dessa intenção, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ao(s) outro(s) sócio(s) cotista(s) e à SOCIEDADE, ao(s) qual(is) ficará(ão) assegurado(s) o direito de preferência, em igualdade de preço e condições, para aquisição parcial ou integral das cotas oferecidas, devendo tal direito ser exercido no mesmo prazo.

Parágrafo 1º - As cotas serão adquiridas pelo sócios cotistas remanescentes, obedecidas as seguintes condições:

- I- o sócio cotista que possuir o maior número de cotas terá o direito de preferência na aquisição. Caso não o exerça no prazo do caput desta cláusula, seu direito será transferido para o sócio cotista que possuir o segundo maior número de cotas, e assim sucessivamente.
- II- Os sócios cotistas que possuírem o mesmo número de cotas exercerão, ao mesmo tempo, seus direitos de preferência, em iguais proporções, sendo que, apenas nesse caso, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da data do recibo de entrega da intenção de cessão ou transferência.

Parágrafo 2º - Caso não haja interesse de nenhum dos sócios cotistas, ou se estes não se manifestarem no prazo fixado para aquisição das cotas do cotista ofertante, este poderá transferi-las a terceiros, desde que aprovados pelos sócios detentores da maioria do capital social.

Parágrafo 3º - Caso não exista interesse dos sócios remanescentes pelas cotas ofertadas e, ainda, não houver a aprovação de ingresso de terceiros na SOCIEDADE, o sócio cotista retirante receberá os seus haveres calculados de acordo com o valor econômico da SOCIEDADE, a ser apurado por meio de perícia conduzida por empresa idônea, nomeada em comum acordo entre o retirante e a SOCIEDADE.

Parágrafo 4º - Verificada a hipótese prevista no parágrafo anterior, os haveres serão pagos pela SOCIEDADE em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após a data do recibo de entrega de intenção de cessão ou transferência. As demais parcelas deverão ser corrigidas pelo IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, ou pelo índice que porventura venha substituí-lo, acrescidas, ainda, de juros de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo 5º - Para que produza efeitos quanto à SOCIEDADE e aos demais sócios cotistas, a cessão total ou parcial de cotas requer o consentimento dos demais sócios cotistas através de correspondente alteração do contrato social.

Parágrafo 6º - A cessão, parcial ou total, de cotas para um estranho à SOCIEDADE pode ser obstada pela oposição de titulares de mais de ¼ (um quarto) do capital social.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MORTE DE SÓCIO E OUTROS EVENTOS

A morte, incapacidade, insolvência, falência, exclusão, expulsão, dissidência, impedimento ou a retirada ou qualquer outro evento impeditivo dos sócios cotistas não implicará, necessariamente, em dissolução da SOCIEDADE, podendo os sócios cotistas remanescentes, mediante novo contrato ou alteração contratual, prosseguir com os negócios da SOCIEDADE.

Parágrafo 1º - Na hipótese de falecimento ou interdição de quaisquer sócios, os herdeiros serão aceitos na SOCIEDADE desde que haja a aprovação dos sócios detentores de pelo menos 80% (oitenta por cento) das cotas remanescentes, ficando, entretanto, afastados da administração, salvo deliberação em contrário.

Parágrafo 2º - Caso os herdeiros não concordem em se manter afastados da administração da SOCIEDADE, restará a eles que se retirem desta, apurando-se os haveres conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA (§ 3º e 4º) deste contrato.

Parágrafo 3º - Ocorrendo qualquer dos demais eventos mencionados no 'caput' desta cláusula, os haveres do sócio cotista serão apurados de acordo com o valor econômico da SOCIEDADE, levantando-se balanço especialmente para esse fim, conforme previsto na Lei 10.406/2002. O respectivo pagamento deverá ser promovido conforme previsto na CLÁUSULA DÉCIMA (§ 4º) deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXCLUSÃO DE SÓCIO

Os sócios cotistas detentores de mais de 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social poderão, a qualquer tempo, decidir pela exclusão, por justa causa, de outro sócio cotista, cujos haveres serão calculados e pagos conforme disposto na CLÁUSULA DÉCIMA (§ 3º e 4º) deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DECLARAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O(s) Administrador(es) declara(m), sob as penas da lei, de que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da SOCIEDADE, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso às funções ou cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, ou ainda qualquer outro ato que o impeça de exercer o comércio ou administração mercantil nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REGÊNCIA SUPLETIVA

A SOCIEDADE reger-se-á, nas omissões do Capítulo IV (Da Sociedade Limitada) da Lei 10.406/02, supletivamente pelas regras da Sociedade Anônima (Parágrafo Único do Art. 1.053 da Lei 10.406/02).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PENALIDADES

Na hipótese de descumprimento das regras estabelecidas no contrato social, a maioria dos demais sócios cotistas optará por uma dentre as seguintes penas para o sócio cotista faltoso: (a) indenização pelo dano, (b) exclusão do sócio cotista remisso ou (c) reduzir-lhe a cota ao montante já realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ARBITRAGEM

A hipótese de qualquer litígio ou divergência decorrente ou relacionado com este Contrato ou de violação do mesmo, os sócios envidarão seus melhores esforços para dirimir esse litígio ou divergência. Para esse efeito, consultarão e negociarão uns com os outros em boa fé, buscando o entendimento acerca dos seus interesses mútuos, com vista a alcançar uma solução justa e equitativa, satisfatórias para todos, fazendo constar em ata os aludidos esforços. Se não chegarem a uma solução de um prazo de 30 (trinta) dias, então o litígio ou divergência será finalmente dirimido por arbitragem, em conformidade com o regulamento da CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial, de acordo com o disposto na Lei 9.307/96.

Parágrafo 1º - O juízo Arbitral será formado por 3 (três) árbitros, sendo que:

- I- na hipótese de conflito ser entre apenas um sócio e a SOCIEDADE, cada qual terá direito a nomeação de um árbitro e o terceiro será nomeado em conjunto por ambos, ou, na hipótese de não haver acordo dentro de 30 (trinta) dias, nos termos do regulamento da CAMARB – Câmara de Arbitragem Empresarial;
- II- caso o conflito seja verificado entre os sócios, cada qual indicará um árbitro para a composição da pendência e, sendo o número de árbitros par, o árbitro necessário para a formação do número ímpar será indicado em comum acordo pelos demais árbitros escolhidos, ou, em havendo impasse, conforme previsto no inciso “I”.

Parágrafo 2º - A arbitragem terá lugar em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e será conduzida no idioma português.

Parágrafo 3º - A sentença arbitral será irrecorrível, não estando sujeita a qualquer apelação, obrigando os sócios e seus sucessores. A decisão disporá sobre custos e despesas da arbitragem e todas demais as questões relacionadas com a mesma.

Parágrafo 4º - Para a solução de conflito eventualmente excluído da arbitragem em razão da natureza e para a execução do provimento arbitral ou adoção de medidas eventualmente cabíveis, nos termos da legislação especial, as partes elegem o foro da comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas é mutuamente outorgado este contrato em todas as cláusulas e condições, assinando-se digitalmente, autorizando todos os usos e registros necessários.

Belo Horizonte, 18 de Julho de 2017.

Sócios:

Belo Horizonte Sistemas Ltda.

[sócia]

**

Helberth Cavalcante Soares.

[sócio-administrador]

Representada por:

- *Gilberto Zica Fialho – Sócio Administrador;*
- *Edgard Neves Malheiros Fiuza – Sócio Administrador;*
- *André da Cunha Peixoto Xavier – Sócio Administrador.*



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/416.342-8	J173927576023	25/08/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES
724.432.516-91	GILBERTO ZICA FIALHO
913.239.916-20	EDGARD NEVES MALHEIROS FIUZA
035.500.206-00	ANDRE DA CUNHA PEIXOTO XAVIER

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA, de nire 3121058514-1 e protocolado sob o número 17/416.342-8 em 28/08/2017, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6343036, em 24/10/2017. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Laura Aparecida Vieira.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
634.675.006-25	HELBERTH CAVALCANTE SOARES
724.432.516-91	GILBERTO ZICA FIALHO
913.239.916-20	EDGARD NEVES MALHEIROS FIUZA
035.500.206-00	ANDRE DA CUNHA PEIXOTO XAVIER

Belo Horizonte. Terça-feira, 24 de Outubro de 2017

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6343036 em 24/10/2017 da Empresa BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA, Nire 31210585141 e protocolo 174163428 - 28/08/2017. Autenticação: A6A1ECCB8177ADF75B2961550CF8234C540906B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/416.342-8 e o código de segurança j6mf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 12/13



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
013.882.966-75	LAURA APARECIDA VIEIRA
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. Terça-feira, 24 de Outubro de 2017



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6343036 em 24/10/2017 da Empresa BHS KRIPTOS - SOLUCOES DE NEGOCIOS LTDA, Nire 31210585141 e protocolo 174163428 - 28/08/2017. Autenticação: A6A1ECCB8177ADF75B2961550CF8234C540906B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/416.342-8 e o código de segurança j6mf Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL